



Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPR

AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE PINHAL GRANDE/RS - 1993-2017: OS REFLEXOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

*THE TRANSFORMATIONS OCCURRING IN THE AGRARIAN AREA OF THE MUNICIPALITY OF
PINHAL GRANDE / RS - 1993-2017: THE REFLECTIONS ON FAMILY AGRICULTURE*

(Recebido em 25-06-2018; Aceito em: 30-10-2018)

Ivani Belenice Dallanôra

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria
ivanidallanora@yahoo.com.br

Meri Lourdes Bezzi

Professora Doutora Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria
meribezzi@yahoo.com.br

Resumo

Com o processo de modernização da agricultura brasileira ocorrida após a década de 1960, o espaço agrário vem passando por significativas transformações estruturais e socioeconômicas. No entanto, a organização das atividades no interior da agricultura familiar vem sendo diretamente alterada, sendo necessário uma nova reorganização desta categoria social. Buscando o entendimento desta afirmação este artigo possui como objetivo geral analisar as principais transformações ocorridas no espaço agrário do município de Pinhal Grande/RS no período de 1993-2017, identificando os reflexos diante da agricultura familiar. Especificamente objetivou-se (a) avaliar as transformações espaciais e técnicas presentes no espaço agrário ao longo da escala temporal analisada; (b) Conhecer a organização da matriz produtiva e seus reflexos para o desenvolvimento da agricultura familiar, (c) Identificar os impactos econômicos e sociais ocorridos no espaço rural do município. A metodologia foi organizada em torno das matrizes teóricas e da coleta de dados em fontes primárias (agricultores familiares e órgãos públicos) e secundárias (Censo Agropecuário e produção agrícola municipal). O trabalho desenvolvido permitiu elencar os elementos que influenciaram as transformações no espaço agrário do município, sobretudo a partir da modernização da agricultura e da expansão da cultura da soja. Neste contexto, os dados demonstram que a partir deste processo, o espaço agrário vem se organizando de forma contraditória, apresentando espaços dinâmicos, abrangendo a maior área territorial do município, onde predomina culturas comerciais, como a soja e a pecuária em propriedades

familiares e não familiares e espaços em que a agricultura familiar “tenta” manter-se em áreas minifundiárias, tendo o fumo como principal cultura responsável por agregar renda na propriedade.

Palavras-chave: Espaço agrário; Modernização da agricultura; Agricultura Familiar.

Abstract

With the process of modernization of Brazilian agriculture that took place after the 1960s, agrarian space has undergone significant structural and socioeconomic transformations. However, the organization of activities within family farming has been directly altered, and a new reorganization of this social category is necessary. Seeking the understanding of this statement, this article aims to analyze the main transformations occurred in the agrarian space of the municipality of Pinhal Grande / RS in the period 1993-2017, identifying the reflexes in relation to family agriculture. Specifically, the objective was to (a) evaluate the spatial and technical transformations present in the agrarian space along the time scale analyzed; (b) To know the organization of the productive matrix and its repercussions for the development of family agriculture, (c) To identify the economic and social impacts occurred in the rural area of the municipality. The methodology was organized around theoretical matrices and data collection from primary sources (family farmers and public agencies) and secondary sources (Agricultural Census and municipal agricultural production). The work developed allowed to list the elements that influenced the transformations in the agrarian space of the municipality, mainly from the modernization of agriculture and the expansion of the soybean crop. In this context, the data show that from this process, the agrarian space has been organized in a contradictory way, presenting dynamic spaces, encompassing the largest territorial area of the municipality, where commercial crops such as soybean and livestock are predominant in family farms. families and spaces in which family farming "tries" to remain in smallholder areas, with smoking as the main culture responsible for aggregating income in the property.

Keywords: Agrarian space; Modernization of agriculture; Family farming.

Introdução

A modernização da agricultura representada pela inserção do capital, pela utilização dos insumos modernos e pelas técnicas a partir da mecanização, proporcionou ao espaço agrário uma nova organização espacial, através do surgimento de alterações dos métodos de produção e de mudanças nas relações de trabalho.

Deste modo, entende-se que a modernização da agricultura proporcionou transformações na organização da produção, causando uma nova reestruturação nas propriedades rurais, como também nas relações sociais através da inserção do trabalho assalariado, na liberação da mão de obra familiar e no abandono das técnicas e saberes tradicional. Assim, a modernização da agricultura, além de estar relacionada ao processo de tecnificação da lavoura, também tem proporcionado modificações nas relações sociais de produção. (BRUM, 1988).

Complementando esta ideia, Bezzi (1985, p. 95) destaca que

[...] a introdução de novas técnicas gera determinados efeitos, como: efeitos sobre o emprego e o salário, sobre a ampliação das oportunidades de investimentos, e o efeito de transformação das relações “atrasadas” em relações capitalistas de produção.

Com o processo de modernização da agricultura, as relações de trabalho tradicionais vão gradativamente sendo substituídas pelas relações capitalistas de produção, em que o emprego da técnica torna-se o instrumento de expansão do capital, responsável pela ampliação da produção, da produtividade e da expansão do lucro, os quais não ocorrem em todos os espaços produtivos com a mesma intensidade. Neste sentido, entende-se que a difusão da modernização agrícola ocorre segundo Paiva (1976, p. 21), a partir da “[...] disponibilidade de conhecimentos técnicos e de recursos materiais dos agricultores, a facilidade de crédito e a habilidade gerencial dos empresários agrícolas”.

Nesta linha de pensamento, Moraes (2009, p. 39) compreende que

A expansão da modernização agrícola depende da adoção e da difusão das técnicas. A adoção constitui-se em um processo decisório dos agricultores, no qual eles optam se devem substituir suas técnicas para não ficarem fora dos padrões produtivos, não tendo como concorrer no mercado, ou seja, apresenta um caráter econômico. Já a difusão da tecnologia moderna depende da vantagem econômica das técnicas modernas sobre as tradicionais e de fatores, como facilidade de crédito, disponibilidade de conhecimentos técnicos e de recursos materiais dos agricultores.

A inserção e expansão da mecanização nas atividades produtivas neste contexto vai se materializar sob o espaço rural com base na disponibilidade de capital existente, reorganizando os espaços produtivos e as relações sociais de trabalho para atender ao seu objetivo principal: aumentar a produção dos produtos agrícolas.

A modernização da agricultura é concretizada a partir da transformação de um conjunto de elementos técnicos, econômicos e sociais que constituem a estrutura social rural. Com as transformações apresentadas pelas atividades produtivas com a modernização, novas relações socioeconômicas constituíram-se, ocasionando mudanças no espaço rural. A inserção da técnica substituiu o trabalho familiar, priorizando o assalariado permanente e temporário nas lavouras modernizadas.

Outra constatação trazida pela modernização foi a exigência de mão de obra especializada para utilização das máquinas. Este fato foi responsável pela expulsão de diversos agricultores do campo, através do processo denominado de êxodo rural, principalmente de pequenos produtores rurais para os centros urbanos. Como consequência, os processos migratórios contribuíram para uma maior valorização das terras rurais e o aumento da concentração fundiária, pois os agricultores que não conseguiram se inserir na modernização da agricultura, em virtude de seu elevado custo, foram obrigados a vender suas propriedades e se tornar mão de obra assalariada nas grandes lavouras ou nos centros urbanos.

Moraes (2009, p. 41-42) afirma que

Com a modernização, ocorre a desistência do homem do campo frente às dificuldades enfrentadas para sua sobrevivência no meio rural. Sua reprodução é crescente, a oferta de emprego é minimizada pela incorporação da tecnologia no espaço rural, que substitui

gradativamente a mão de obra humana, pois enquanto as grandes lavouras aumentaram a produção, houve um decréscimo no número de pessoas empregadas.

As mudanças nas relações de trabalho no espaço rural atingiram diretamente aos pequenos agricultores que enfrentam as dificuldades e permanecem no campo, pois estes, diante da incapacidade de modernizar suas atividades produtivas, acabam desenvolvendo-as no estabelecimento, paralelo a outras funções como o trabalho temporário nas grandes propriedades, o trabalho assalariado de algum membro da família no espaço urbano ou a inserção de novas atividades não agrícolas no interior do seu estabelecimento agrícola.

A modernização da agricultura, além de ter alcançado seu objetivo, que consistia no aumento da produção, criou uma forte interdependência do meio rural ao meio urbano. Deste modo, visualiza-se que o campo se tornou um espaço responsável pela produção para abastecer a cidade e, ao mesmo tempo, um consumidor dos seus produtos industrializados.

Diante disto, Moraes (2009, p. 42) salienta que “[...] o desenvolvimento da industrialização do meio rural está marcado por um processo desigual de produção e trabalho”. Esta desigualdade apresenta-se, por um lado, pelo predomínio das grandes e médias propriedades rurais e pelo desenvolvimento da lavoura modernizada, com forte presença do capital e da mão de obra assalariada e, de outro, representada pelas pequenas propriedades tradicionais, em que a participação do trabalho familiar ainda é o elemento mais importante para seu desenvolvimento.

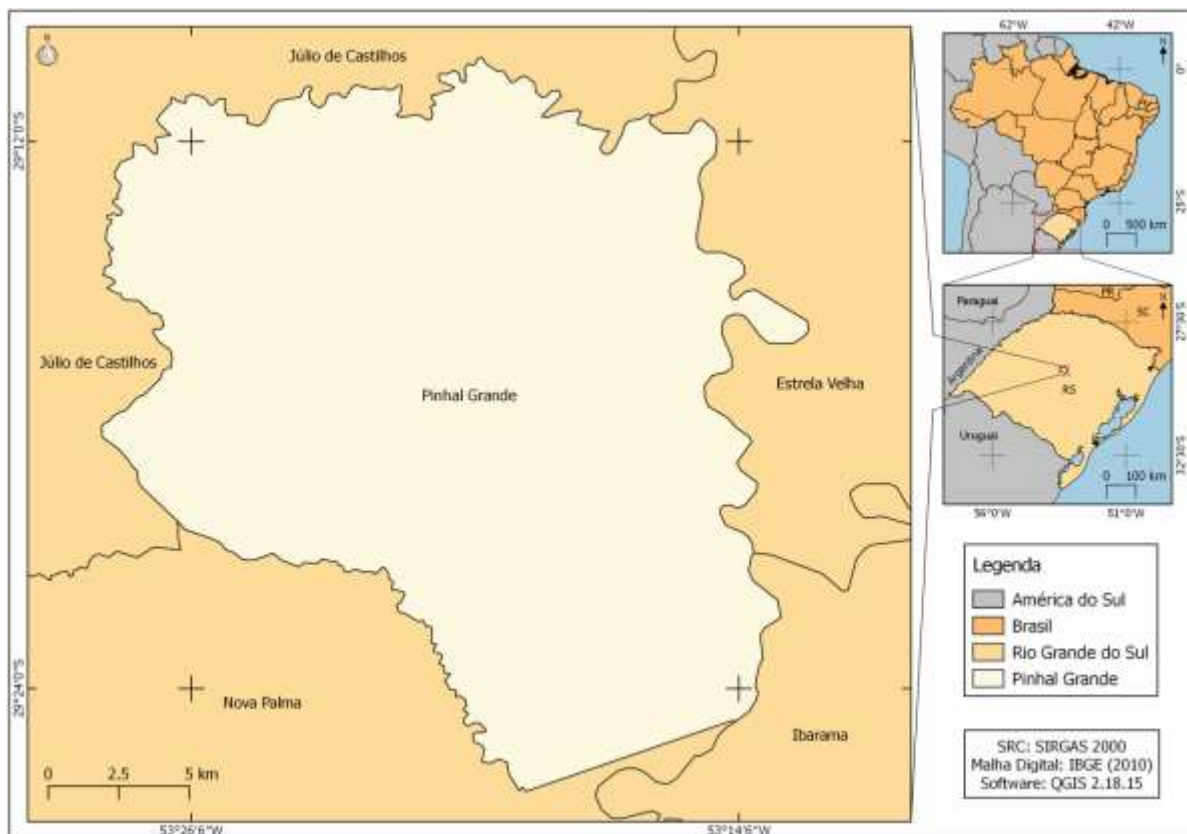
A ciência geográfica tem, entre suas preocupações, a necessidade de entender a organização/reorganização espacial, procurando identificar e compreender as distintas estruturas econômicas provocadas pelo processo de desenvolvimento capitalista nos recortes espaciais locais/regionais. Neste contexto, a problemática desta pesquisa consiste em analisar as transformações do espaço agrário, diante da modernização das atividades produtivas em Pinhal Grande, examinando como este processo se desenvolveu nesta unidade territorial e quais seus reflexos diante da agricultura familiar.

Nesta perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as principais transformações ocorridas no espaço agrário do município de Pinhal Grande ocorridas no período de 1993-2017, identificando os reflexos diante da agricultura familiar. Especificamente objetivou-se (a) avaliar as transformações espaciais e técnicas ocorridas no espaço agrário do município ao longo da escala temporal analisada; (b) Conhecer organização da matriz produtiva e seus reflexos para o desenvolvimento da agricultura familiar local e (c) Identificar os impactos econômicos e sociais ocorridos no espaço rural de Pinhal Grande.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2006), o município em estudo está inserido na unidade geomorfológica de Planalto Meridional Brasileiro, representado pelas unidades morfológicas da Serra Geral e da Depressão do Rio Jacuí. A maior parte de sua área está enquadrada no Planalto Médio, com uma altitude média em torno de 394 metros, sendo que o setor sudeste do município está posicionado no rebordo do Planalto, no qual ocorre a presença de uma zona de transição do rebordo para o topo do planalto. O relevo neste setor é tipicamente serrano, com vales encaixados. (SCHIRMER, 2012).

A unidade territorial em foco limita-se ao norte com Júlio de Castilhos, ao sul com Nova Palma, a leste com Estrela Velha e Ibarama e ao oeste com Júlio de Castilhos. Sua localização geográfica é 29° 20' 3" latitude sul, 53° 18' 39" longitude oeste. Segundo o IBGE (2006), o mesmo pertence à Mesorregião Centro-Ocidental Rio-grandense e Microrregião de Santiago, juntamente com outros nove municípios (Figura 01).

Figura 01: Localização do município de Pinhal Grande no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: As autoras (2018).

A relevância do trabalho é fornecer uma contribuição à geografia agrária, envolvendo o meio rural do município, bem como, proporcionar à sociedade e a administração municipal os resultados

obtidos para que se tenha conhecimento dos reflexos ocasionados pelo processo de modernização do espaço agrário, principalmente nas pequenas propriedades familiares. Também, a partir dos dados busca-se fornecer subsídios aos órgãos gestores para que estes compreendam esta dinâmica, para buscarem alternativas produtivas que venham a integrar os agricultores familiares que se encontram a mercê da modernização do espaço agrário.

Neste sentido, através de políticas públicas é possível dinamizar as áreas menos desenvolvidas do município, buscando inserir novas formas de produção e/ou desenvolvimento das já existentes.

Metodologia

A metodologia constitui importante momento no processo de produção científica, a qual indica os caminhos a serem trilhados pela pesquisa. Neste sentido, os procedimentos metodológicos foram escolhidos e organizados a fim de coletar informações para identificar as transformações ocorridas no espaço agrário de Pinhal Grande no período de 1993-2017 e compreender os reflexos diante da agricultura familiar.

Assim, para o desenvolvimento dos objetivos propostos pela pesquisa, utilizaram-se as técnicas de coletas de dados quantitativos e qualitativos, através de fontes primárias (agricultores familiares e órgãos públicos) e secundárias (Censo Agropecuário e Produção Agrícola Municipal). O desenvolvimento da pesquisa estruturou-se metodologicamente em etapas.

Primeiramente, realizou-se o levantamento bibliográfico a partir de literaturas específicas sobre a temática em estudo para elaboração da estrutura conceitual do trabalho. A segunda etapa consistiu na coleta de dados no IBGE, nos Censos Agropecuários de 1995 e 2006 e Produção Agropecuária de 2014. Estas informações permitiram conhecer a organização espacial e agrária de Pinhal Grande, bem como as transformações ocorridas ao longo da escala temporal analisadas. Na terceira fase foi realizada a pesquisa de campo em fontes primárias, a partir de entrevistas com a EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços e com 166 agricultores familiares residentes nas distintas localidades que integram o município. A partir da análise dos dados foi possível identificar a estrutura produtiva atual desenvolvida no espaço agrário local.

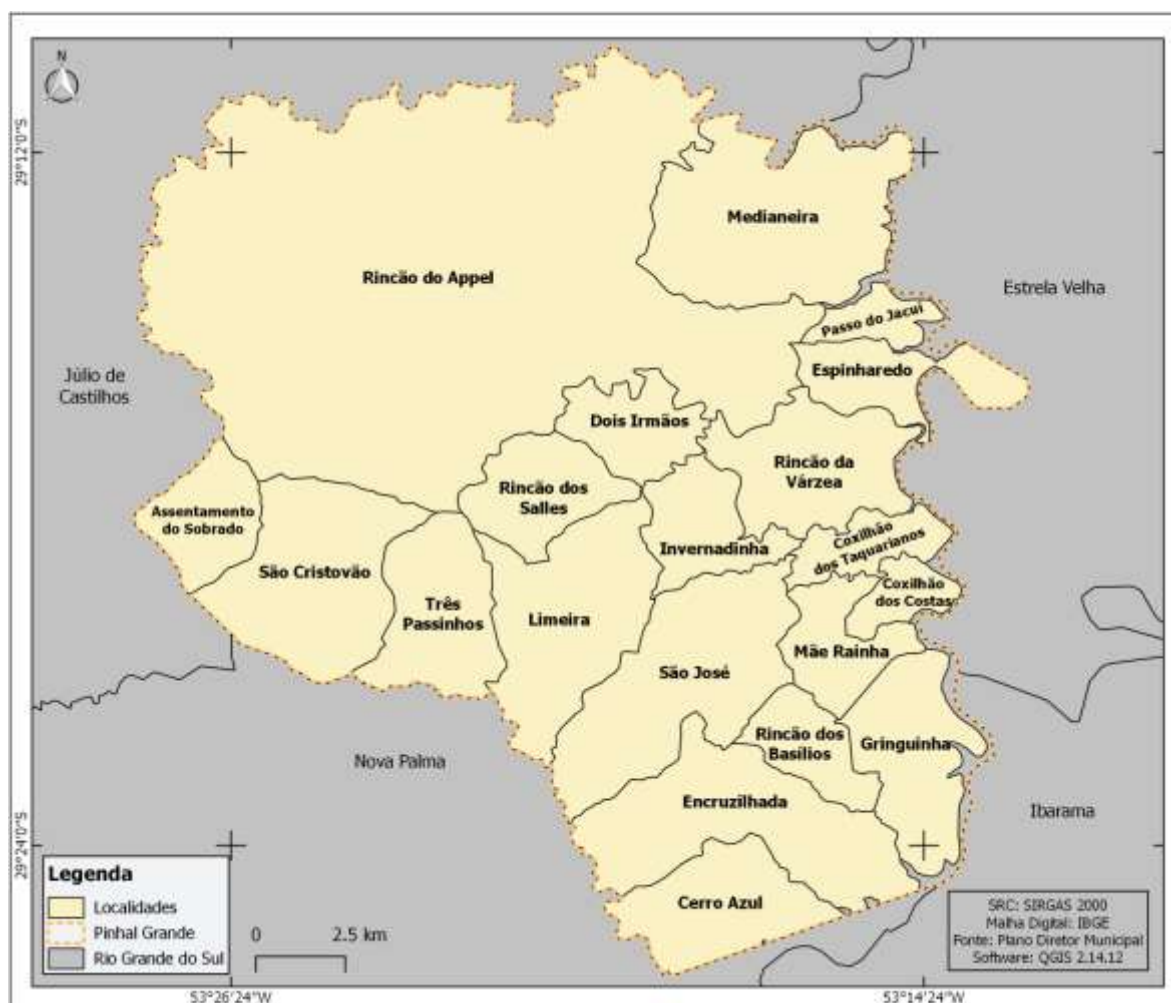
Por fim, a última etapa buscou-se analisar e interpretar os resultados, visando a compreensão da dinâmica produtiva atual do município.

O espaço agrário de Pinhal Grande/RS: a dinâmica da agricultura moderna e familiar

A organização do espaço agrário do município está estruturada através da presença de duas categorias distintas de agricultores: os agricultores capitalizados, ou seja, aqueles detentores de capital e da posse da terra e os pequenos agricultores que desenvolvem suas atividades agrícolas em áreas de pequenas propriedades. Na primeira categoria social, tem-se o predomínio de agricultores familiares e não familiares integrados no modo de produção voltado ao agronegócio. Na segunda, salienta-se o agricultor familiar que se apresenta dependente economicamente do agronegócio e que possui atividades destinadas também ao autoconsumo da família com venda do excedente¹.

Atualmente a divisão territorial do município está organizada através de 20 localidades, abrangendo uma extensão territorial de 477,39 Km² (Figura 02).

Figura 02: Localidades do município de Pinhal Grande/RS



Fonte: Plano Diretor Municipal. **Org.:** As autoras (2017).

¹ No entanto, esta pesquisa analisa a organização do espaço rural a partir do trabalho familiar, estando o agricultor integrado ou não aos mercados.

Entre as localidades rurais, 928 estabelecimentos destinam suas atividades à agropecuária. (EMATER, 2016). Entre estes, 92% das propriedades do município estão enquadradas na definição de “pequena propriedade” e são administradas por agricultores familiares que possuem estabelecimentos agropecuários com até 140 hectares.

Com base nos dados dos Censos Agropecuários dos anos de 1995 e 2006, observa-se que a maior parte dos estabelecimentos agropecuários de Pinhal Grande possuía até 50 hectares. Tal classificação demonstra que a estrutura fundiária do município segue a mesma organização do Estado do Rio Grande do Sul que, do total dos estabelecimentos agropecuários em 2006, 85,8% possuíam menos de 50 hectares (Tabela 01).

Tabela 01: Estrutura das propriedades de Pinhal Grande/RS do ano de 1995 e 2006

Grupo de área total (ha)	1995		2006	
	Estabelecimento agropecuário %	Área %	Estabelecimento agropecuário %	Área %
1 a menos de 5	7,28	0,46	9,42	0,52
5 a menos de 10	10,92	1,45	10,12	1,47
10 a menos de 20	20,59	5,37	25,81	7,42
20 a menos de 50	41,18	24,18	38,49	23,45
50 a menos 100	11,48	14,71	7,91	11,11
100 a menos de 200	5,74	15,12	4,53	12,83
200 a menos de 500	1,40	8,76	2,09	11,62
500 a menos de 1000	0,80	11,77	1,16	18,44
Mais de 1000	0,56	18,19	0,35	13,14
Produtor sem área	0,05	-	0,12	-
Total	100	100	100	100

Fonte: Censo agropecuário do IBGE (1995, 2006). **Org.:** As autoras (2017).

Analisando a distribuição das terras no ano de 1995, visualiza-se que as áreas de pequena propriedade concentravam 91,5% dos estabelecimentos agropecuários e abrangiam 46,2% da área territorial do município. Deste modo, 8,5% das propriedades agrícolas formavam as médias e grandes propriedades, contemplando 53,8% da área territorial. Em 2006, visualiza-se que estes dados não sofreram significativas alterações. (Tabela 01).

Observando-se os dados contidos na tabela 01, pode-se afirmar que, ao longo dos onze anos, um dos desafios apresentados para o desenvolvimento das atividades agrícolas nas propriedades familiares é a pequena extensão territorial.

Comparando-se os dados da tabela 01 com os da pesquisa de campo expostos pela tabela 02, pode-se inferir que a organização da estrutura fundiária de Pinhal Grande permanece atualmente concentrada, pois a maior parte dos agricultores familiares possui até 50 hectares, ou seja, uma pequena área territorial, o que muitas vezes inviabiliza o desenvolvimento das atividades agrícolas no estabelecimento e a permanência da família no campo.

Tabela 02: Estrutura fundiária das propriedades familiares do município de Pinhal Grande/RS, 2017

Área total da propriedade (hectares)	Agricultores familiares	%
1 a menos de 5	13	7,8
5 a menos de 10	12	7,2
10 a menos de 20	37	22
20 a menos de 50	68	41
50 a menos de 100	33	20
100 a menos de 200	3	2
Total	166	100

Fonte: Trabalho de campo (2017). **Org.:** As autoras (2017).

Atualmente, tendo como base os dados do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), dos 928 imóveis rurais registrados, 881 possuem até 4 (quatro) módulos fiscais, demonstrando que as áreas de pequenas propriedades vêm aumentando no município.

Diante dos dados apresentados pela tabela 02 e pelo SICAR, é possível inferir que a estrutura fundiária de Pinhal Grande está organizada de forma desigual, ou seja, as pequenas propriedades, nas quais predomina a agricultura familiar voltada para diversificação das atividades produtivas, estão distribuídas no maior número de estabelecimentos agropecuários, porém abrangem a menor área territorial do município. Isto impossibilita, ao agricultor familiar o desenvolvimento das práticas agrícolas, sua integração com os mercados regionais e nacionais e sua participação no desenvolvimento da economia do município.

Em contrapartida, os agricultores das médias e grandes propriedades são detentores da maior área territorial, apresentando-se integrados aos mercados, contribuindo para o maior desempenho do setor agropecuário na economia local. Esta estruturação fundiária concentradora não é um processo

recente, mas, como destaca Silva (1981) caracterizou-se desde a formação da estrutura fundiária brasileira através da concentração da propriedade da terra e a coexistência do binômio latifúndio-minifúndio. Isto demonstra que a organização da estrutura fundiária nestas propriedades atualmente apresenta resquícios das marcas históricas, demonstrando que a distribuição das sesmarias que ocorreu nesta região ainda está presente no município, pois a presença da concentração fundiária é um fator relevante na organização do espaço agrário (tabela 02).

Segundo Brum (1988), esta organização espacial é reflexo do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira que, após a década de 1960, visou o aumento da produção e da produtividade agropecuária, a partir do desenvolvimento tecnológico, não alterando sua estrutura agrária e com foco para a implantação da empresa capitalista.

Neste contexto, pode-se dizer que esta organização do espaço rural é resultado das formas de utilização das terras no município que se encontram voltadas para o desenvolvimento das atividades produtivas. Os dados dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006 demonstram o predomínio da lavoura temporária, sendo que esta vem conquistando, ao longo desses anos, mais de 90% da extensão territorial do município (Tabela 03).

Tabela 03: Utilização das terras em Pinhal Grande/RS de 1995 e 2006

Utilização das terras em hectares	1995	2006
Lavoura permanente	306	130
Lavoura temporária	13.730	20.778
Pastagens naturais	14.595	8.490
Pastagens plantadas	1.842	443
Matas e florestas naturais	3.382	6.270
Matas e florestas plantadas	369	227
Terras em descanso e inaproveitadas	2.264	1.458
Outras*	-	618

Fonte: Censo Agropecuário (1995, 2006). *Benfeitorias, tanques, açudes e caminhos. **Org.:** As autoras (2017).

O crescimento significativo apresentado pelo desenvolvimento das culturas temporárias está diretamente relacionado à diminuição das áreas de pastagem naturais e da pouca presença das áreas de pastagens plantadas e das lavouras permanentes, o que comprova a expansão da agricultura no

município. Há que se destacar que a expansão da lavoura temporária de Pinhal Grande está diretamente relacionada à produção da soja.

No que diz respeito à utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários familiares no município de Pinhal Grande em 2017, a Tabela 04 demonstra que há o predomínio da lavoura temporária, pois 93% dos agricultores familiares destinam suas terras para o desenvolvimento desta lavoura.

Tabela 04: Utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários familiares em Pinhal Grande/RS, 2017

Hectares	Número de estabelecimentos agropecuários familiares com:					
	Lavoura permanente	Lavoura Temporária	Pastagem plantada	Campo	Matas plantadas	Áreas de florestas
0	20	11	122	30	120	16
0,01- 1	131	-	7	10	37	20
1,01-5	15	28	24	70	7	68
5,01-20	-	90	11	55	2	55
21,01-50	-	28	2	1	-	7
51,01-100	-	9	-	-	-	-
Total	166	166	166	166	166	166

Fonte: Trabalho de campo (2017). **Org.:** As autoras (2017).

No entanto, é possível identificar, também, que a maioria dos estabelecimentos agropecuários familiares possui entre 5 a 20 hectares de lavoura temporária. À medida que a área produzida por esta lavoura vai aumentando, vai diminuindo a participação do agricultor familiar, demonstrando que o fator “terra” é um dos desafios diante do desenvolvimento da propriedade familiar no referido município. Em relação às áreas de pastagens plantadas e às áreas de campo, responsáveis pela efetivação da pecuária nos estabelecimentos agropecuários familiares, observa-se que a utilização de áreas próprias para as pastagens não se caracteriza entre esta categoria, pois esta cultura é consorciada com a soja ocupando o mesmo espaço. Já as áreas de campo são identificadas em 82% destes estabelecimentos. No entanto, 42% destinam apenas de 1,01 a 5 hectares para esta finalidade. A pouca participação destas áreas justifica-se em virtude da pequena extensão territorial das propriedades e pela abrangência das culturas temporárias, principalmente a soja, que vem inserindo-se entre as propriedades familiares.

No que diz respeito à lavoura permanente, buscou-se verificar sua participação entre os estabelecimentos agropecuários familiares. Constatou-se que 79% reservam um pequeno percentual de suas terras para esta finalidade. A inexpressiva participação das culturas permanentes justifica-se

pela expressiva participação das culturas temporárias e do desenvolvimento da pecuária, o que leva, muitas vezes, o agricultor familiar que possui poucas terras a se desfazer das áreas de culturas permanentes para expandir a produção destas atividades.

No que se refere à organização das atividades nos estabelecimentos agropecuários, a responsabilidade pela administração é realizada pelo proprietário (Tabela 05).

Tabela 05: Utilização das terras em Pinhal Grande/RS de 1995 e 2006 por condição do produtor

Condição do produtor	1995		2006	
	Pessoal ocupado	Nº Estab.	Pessoal ocupado	Nº Estab.
Proprietário	2.021	640	1.790	709
Arrendatário	72	29	88	45
Parceiro	93	29	44	28
Ocupante	44	16	110	48
Assentados s/ titulação definitiva	-	-	74	37
Produtor sem área	-	-	1	1
Total	2.230	714	2.107	868

Fonte: Censo Agropecuário (1995, 2006). **Org.:** As autoras (2017).

Esta afirmação é confirmada pelos dados do Censo Agropecuário de 1995, o qual demonstra que 90% das propriedades rurais do município eram de propriedade das famílias, absorvendo o maior número de pessoal ocupado nas atividades, ficando apenas 10% em posse de arrendatários, parceiros e ocupantes.

No ano de 2006, observa-se que o número de estabelecimentos agropecuários administrado por proprietários, arrendatários e ocupantes apresentaram aumento. No entanto, se for analisado o aumento total do número de estabelecimentos agropecuários, que foi de mais de 16%, pode-se inferir que o número de estabelecimentos administrados pelos proprietários apresentou uma queda de 5%.

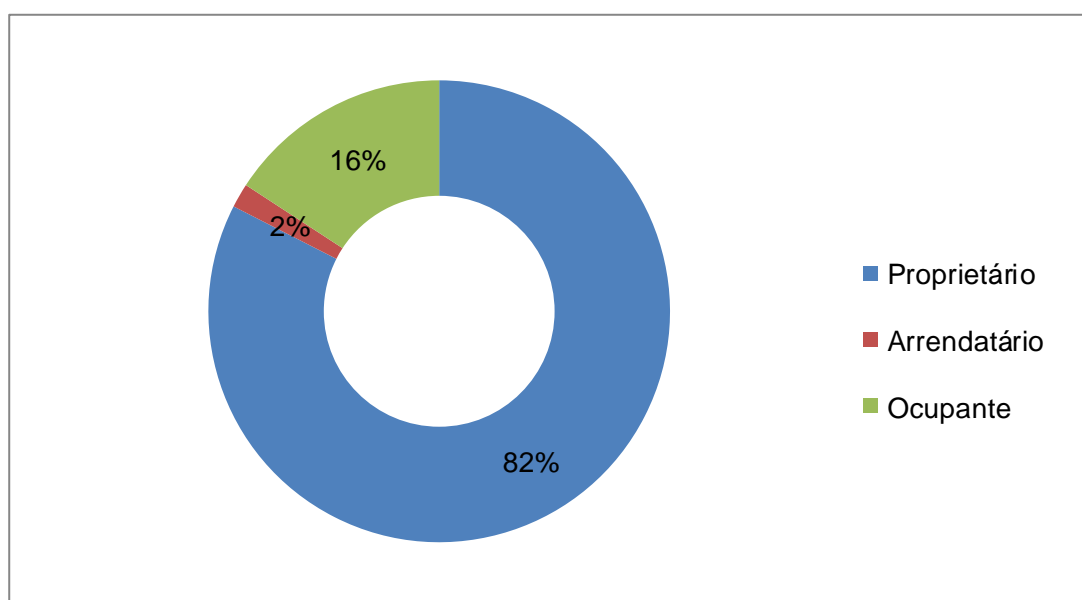
O crescimento expressivo do número de arrendatários, isto é, do produtor que arrenda as terras mediante ao pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou em produtos está relacionado ao processo de modernização da agricultura no município e da expansão da produção da soja.

Com relação ao aumento significativo do número de proprietários ocupantes (que exploram as terras públicas devolutas ou de terceiros e não paga pelo seu uso) refere-se, em grande parte, ao fracionamento das terras pelas famílias, em que os pais cedem aos filhos parte da propriedade sem título definitivo para explorar sem o pagamento pelo seu uso.

A presença em 2006 dos estabelecimentos agropecuários sem titulação definitiva (o proprietário possui o direito de desenvolver as atividades no estabelecimento, mas não possui título de posse) está relacionada ao surgimento de uma área de Assentamento da Reforma Agrária no município com 37 lotes. Atualmente, esta área contempla 38 propriedades familiares.

Tendo como base a pesquisa de campo, é possível inferir que a utilização das terras em Pinhal Grande segue a mesma estrutura apresentada pelos censos agropecuários de 1995 e 2006. (Figura 03).

Figura 03: Condição do produtor familiar em Pinhal Grande/ RS – 2017



Fonte: Trabalho de campo, (2017). **Org.:** As autoras (2017).

A figura 03 demonstra a presença do proprietário nos estabelecimentos agropecuários familiares, seguido da presença do agricultor ocupante, que como já foi salientado, refere-se, neste caso, a ocupação das terras da família pelos filhos sem título definitivo.

O inexpressivo número de agricultores familiares arrendatários em 2017, contradizendo os dados apresentados pelos Censos Agropecuários de 1995 e 2006, justifica-se pelo fato de que os 2% refere-se aos agricultores familiares que possuem terras somente arrendadas, demonstrando que esta condição não se destaca entre a agricultura familiar.

No entanto, se for analisado o percentual de agricultores familiares que possuem terras próprias, mas que buscam o arrendamento, este dado alcança 59,6%. Este aumento justifica-se pela inserção do agricultor familiar ao processo de capitalização da agricultura através da produção da soja,

aderindo ao arrendamento de terras para expandir sua área plantada, visto que a compra torna-se inviável em virtude da valorização de seu preço.

A forma do arrendamento ocorre na maioria das vezes através de acordo verbal, em que o agricultor familiar arrenda a propriedade para o plantio da soja e como forma de pagamento pelo uso da terra planta a pastagem ao arrendatário para este no período do inverno utilizá-la para o pastoreio do gado.

Quanto ao agricultor familiar que muitas vezes não possui condições financeiras para produzir e integrar-se aos mercados, isto faz com que eles acabem arrendando sua propriedade a terceiros, tornando-se mão de obra assalariada no setor primário e terciário do município. Isto demonstra que a pequena extensão territorial das propriedades familiares é um entrave para o desenvolvimento das atividades produtivas e pelo processo de reprodução do agricultor familiar.

O desenvolvimento das atividades nos diferentes segmentos produtivos (agricultura e pecuária) apresenta mão de obra diferenciada, tendo como base as distintas formas de organização dos estabelecimentos agropecuários.

Neste sentido, conforme a tabela 07, a mão de obra predominante é a familiar, sendo responsável por 91% e 88% da força de trabalho no ano de 1995 e 2006 respectivamente. Embora a mão de obra familiar predomine e se sobreponha a qualquer outra, a não familiar vem sendo utilizada em algumas propriedades, através do empregado temporário, permanente e parceiro.

No ano de 2017, conforme dados coletados no trabalho de campo, observa-se que a presença da mão de obra familiar destaca-se entre os estabelecimentos agropecuários familiares de Pinhal Grande, sendo esta responsável pelo desenvolvimento das atividades produtivas.

No entanto, o trabalho temporário vem sendo uma alternativa utilizada pelos agricultores familiares para complementar o trabalho familiar, visto que atualmente as famílias encontram-se organizadas na sua maior parte com a presença do casal, um filho e pessoas idosas. Deste modo, o agricultor familiar recorre ao trabalho temporário, ou seja, contrata com o pagamento diário por dia trabalhado pessoas da própria localidade ou da área urbana do município para trabalhar nos períodos de plantio e colheita da produção.

Com relação ao trabalho permanente no desenvolvimento das atividades produtivas conforme a Lei do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sua presença é atendida em até 2 (dois) empregados. Na agricultura familiar de Pinhal Grande, esta modalidade de trabalho não se destaca entre as propriedades familiares, o que pode ser justificado pelo expressivo número do trabalho temporário e as exigências estabelecidas pela Lei de Previdência Social que restringe a aposentadoria ao trabalhador rural empregador.

A presença do trabalho temporário na agricultura familiar no município também pode ser justificada pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas pelo proprietário ou por um membro da família fora do estabelecimento agropecuário, sendo necessário repor esta mão de obra com o trabalhador temporário.

As atividades produtivas da agricultura familiar de Pinhal Grande/RS na contemporaneidade

No ano de 2017, conforme a pesquisa de campo há o predomínio das atividades agropecuárias entre os estabelecimentos agropecuários familiares, sendo que, dos 166 agricultores entrevistados, 156 desenvolvem a agricultura, tendo a pecuária consorciada de forma extensiva.

A agricultura, a atividade predominante, é a responsável pelo desenvolvimento das atividades comerciais e industriais existentes no município. Salienta-se que essa atividade é relevante na dinâmica da economia local, pois seu declínio reflete tanto no setor rural como no urbano.

As atividades produtivas no município estão organizadas através das culturas temporárias e permanentes. (CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1995 E 2006). Os produtos da lavoura temporária demonstram um desequilíbrio com relação a área plantada. (Tabela 06).

A cultura do trigo, conforme os Censos Agropecuários de 1995 e 2006 apresentou oscilações em sua área plantada. Os anos de decréscimos na produção estão relacionados aos fatores climáticos e a substituição desta cultura pelas áreas de pecuária, visto que a triticultura gaúcha sofre concorrência com o trigo da Argentina, perdendo espaço no mercado externo, o que se reflete diretamente no preço do produto e ocasiona o desestímulo de sua produção.

Em 2017, observou-se que a triticultura estava sendo cultivada apenas ao sul da localidade do Rincão do Appel e em algumas propriedades isoladas nas localidades limítrofes, sua produção encontra-se restrita entre a agricultura familiar, pois vem sendo substituída pela produção da canola e pela pecuária bovina. (Figura 04).

Tabela 06: Principais produtos da lavoura temporária cultivados em Pinhal Grande/RS, 1993-2015

Culturas	Área Plantada (ha)					
	1993	1998	2003	2006	2011	2015
Feijão	1.030	2.000	1.900	1.660	1.310	710
Fumo	1.000	859	700	800	1.000	1.000
Milho	3.200	4.000	3.500	3.700	1.800	820
Soja	10.000	7.300	12.500	11.800	14.200	18.000
Trigo	800	300	1800	1.680	1.700	1.000

Fonte: Censo agropecuário do IBGE (2006) e produção agrícola municipal do IBGE (1993, 1998, 2003, 2011 e 2015).

Figura 04: Produção do Espaço Agrário de Pinhal Grande/RS



Fonte: Plano Diretor Municipal Software QGRS 2.14.12 e trabalho de campo (2017). Org.: Rizzatti, M. (2017).

Com relação às demais culturas, como o feijão, o fumo e o milho, os Censos Agropecuários de 1995 e 2006 demonstram a estagnação e diminuição da área plantada. Estes cultivos são produzidos, na sua maior parte, nas pequenas propriedades familiares ao sul e sudeste do município onde o relevo é íngreme.

Conforme os dados coletados no trabalho de campo, o feijão vem apresentando diminuição na produção, pois dos 166 estabelecimentos agropecuários familiares entrevistados em apenas 80 é produzida esta cultura e sua produção é comercializada por apenas 50% destes produtores. Esta cultura vem sendo produzida nas localidades de Cerro Azul, Encruzilhada, Gringuinha, Rincão dos Basílios e Mãe Rainha (Figura 04).

A diminuição na área plantada do feijão está relacionada a vulnerabilidade deste produto as variações climáticas, à falta de uma política de preços para sua comercialização e pela diminuição da mão de obra familiar. Os principais mercados para o feijão são a Cooperativa Agrícola Camnpal LTDA e os atravessadores locais. No entanto, estas empresas trabalham seguindo a lógica do sistema capitalista, ou seja, quando há demanda do produto no mercado o preço é desvalorizado e quando há produção não se tem preço justo para o produto.

Diante disto, o feijão encontra-se decrescendo em área plantada, pois para o agricultor familiar esta cultura não vem mais contribuindo para a geração de renda no meio rural. Atrelada a sua pouca demanda para comercialização, vem também perdendo espaço entre a agricultura familiar do município como cultivo de autoconsumo.

Tal fato pode ser percebido nas palavras no agricultor A que diz: “eu não produzo o feijão nem para comer, pois dá muito serviço. Prefiro comprar vinte quilos de feijão que dá para o ano todo”. Pode-se perceber, pela colocação do agricultor, que culturas típicas da agricultura familiar estão cedendo sua área para a soja.

A produção do milho, conforme demonstra a tabela 6 apresentou períodos de estagnação em sua área plantada, demonstrando nos últimos anos um decréscimo acentuado. Tal fato é justificado pela presença de instabilidades climáticas em anos anteriores e pela expansão da soja, que vem conquistando áreas para seu plantio entre os pequenos proprietários.

No ano de 2017 o milho estava sendo cultivado por 79% dos estabelecimentos agropecuários familiares entrevistados, abrangendo pequenas áreas consorciadas com a cultura do fumo, voltada para o autoconsumo e com venda apenas do excedente. Sua produção é visualizada entre os estabelecimentos agropecuários familiares localizados mais ao sul e sudeste do município. Ao norte do município, o milho abrange pequenas áreas não ocupadas pela cultura da soja e está diretamente voltado para produção de silagem para servir de alimento ao gado leiteiro. (Figura 04).

O fumo é a cultura que predomina ao sul do município. Sua produção mantém-se nas áreas de pequenas propriedades e minifundiárias, sendo considerada a principal cultura geradora de renda para o agricultor familiar.

No ano de 2017 o fumo estava sendo produzido nas localidades do Cerro Azul, Encruzilhada, Gringuinha, Rincão dos Basílios, Mãe Rainha, São José, Coxilhão dos Taquarianos, Coxilhão dos Costas, Passo do Jacuí, Espinharedo e Rincão da Várzea. Nestas localidades, há o predomínio de propriedades familiares minifundiárias que, acompanhadas pela presença do relevo íngreme, contribuem para que a fomicultura seja a atividade principal destas áreas, visto que é uma cultura que

necessita do trabalho braçal, ou seja, utiliza totalmente da mão de obra familiar e não abrange uma grande extensão territorial (Figura 04).

A fumicultura é uma cultura própria para propriedades com pequena extensão territorial, pois em cada hectare são produzidos 10 mil pés de fumo, o que contribui para que nas propriedades familiares ao sul e sudeste do município sua produção seja a principal atividade geradora de renda.

A produção do fumo é organizada a partir de contratos firmados entre agricultores familiares e as empresas fumageiras que controlam todo o processo, desde a confecção das mudas até sua classificação. O custo de sua produção é financiado pela empresa, a qual é responsável pelo preço do produto. O principal mercado para a comercialização é o nacional. As empresas encontram-se concentradas nas cidades de Santa Cruz e Venâncio Aires, responsáveis pela dinamização da produção para o mercado externo.

A fumicultura é uma atividade que apresenta muitos desafios aos agricultores familiares, pois os fatores climáticos, a perda da mão de obra familiar e as oscilações no preço do produto no mercado internacional vêm contribuindo, nos últimos anos, para que muitos produtores abandonem sua produção.

Para os agricultores familiares que possuem áreas de minifúndio a produção do fumo apresenta-se como uma alternativa produtiva para geração de renda no espaço rural, pois os cultivos do milho e do feijão encontram-se desvalorizados no mercado e novas alternativas produtivas ainda encontram-se pontuais no município.

Considerando a produção e a produtividade dos principais produtos da lavoura temporária, os dados também demonstram oscilações. A soja e o milho destacam-se, apresentando aumentos significativos, enquanto que as demais culturas demonstram oscilações e decréscimos. Isto se justifica pelo fato das primeiras culturas serem produzidas nas áreas em que o processo de modernização da agricultura está mais presente, ou seja, ao norte do município. Estas culturas são produzidas através do trabalho mecanizado e do uso de adubos, corretivos, fertilizantes e sementes melhoradas (transgênicas). O solo recebe cobertura vegetal nos períodos entre safras e reposição de calcário para a correção da acidez, contribuindo para o aumento da produção e da produtividade.

As culturas do fumo, do feijão e do milho abrangem os estabelecimentos agropecuários familiares que possuem até cinco hectares. No entanto, a produção encontra-se espacializada no maior número de localidades do município. À medida que vai aumentando a área destinada à produção destas culturas temporárias não são mais visualizadas entre os estabelecimentos agropecuários familiares, pois suas áreas são substituídas pelo cultivo da soja (TRABALHO DE CAMPO, 2017 e FIGURA 04).

Entre os anos de 1995 e 2006, a soja apresentou crescimento de 80% em sua área plantada. Sua produção é realizada por agricultores familiares e não familiares, em maior parte, na porção norte do município, área localizada na região de planalto, nas quais a potencialidade física, principalmente o solo, favorece a agricultura. Tal fato justifica o predomínio das médias propriedades neste espaço e a presença das culturas voltadas ao mercado interno e externo.

No ano de 2017 a soja estava sendo produzida entre os estabelecimentos que possuíam mais de 6 hectares, apresentando-se como a principal lavoura comercial. Na parte norte do município a produção de outras culturas temporárias (fumo, milho e feijão) são quase inexistente, demonstrando que o agricultor familiar e não familiar vem reservando exclusivamente sua propriedade para a produção deste cultivo no período do verão, em detrimento das demais. No inverno as terras são divididas para os cultivos do trigo, aveia, canola e/ou azevém.

A expansão da produção da soja entre a agricultura familiar ocorre em virtude da adesão do agricultor familiar ao sistema de arrendamento, o que vem crescendo no município, ocasionada pela valorização desta cultura. Atualmente, ela abrange uma grande extensão territorial, predominando nas localidades da Várzea, Medianeira, Rincão do Apell, São Cristóvão, Invernadinha, Dois Irmãos, Coxilhão dos Taquarianos, Coxilhão dos Costas, São José, Limeira, Rincão dos Salles, Assentamento do Sobrado e Três Passinhos (FIGURA 04).

Ao norte do município, a soja apresenta-se como principal geradora de renda e responsável pela integração da agricultura familiar na economia regional, nacional e global.

Ao sul e sudeste, a produção da soja entre os estabelecimentos agropecuários familiares é motivo de preocupação entre os órgãos públicos municipais, pois muitos agricultores estão abandonando o plantio de culturas típicas da agricultura familiar, como o feijão e o milho, essenciais para a alimentação básica de suas famílias para destinarem sua pequena área de terra para a produção desta cultura. Sua expansão vem pressionando estas culturas tradicionais que gradativamente vem apresentando diminuição em sua área plantada. Além disso, seu cultivo requer um investimento muito alto, pois necessita de mecanização e de insumos desde o plantio até a sua colheita, levando, muitas vezes, ao endividamento da propriedade familiar.

Assim, é possível inferir que o desenvolvimento dos principais produtos da lavoura temporária nas propriedades familiares encontra-se diretamente organizado de acordo com a extensão das propriedades.

Há que se destacar que o processo de modernização do espaço rural de Pinhal Grande seguiu a mesma estrutura da modernização da agricultura do Planalto Gaúcho que ocorreu após 1970. (BRUM, 1988). A expansão das lavouras monocultoras ocorreu através da incorporação do “pacote

tecnológico” que contemplava um conjunto de técnicas inovadoras, baseadas no uso de insumos agrícolas modernos, máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos e pesticidas.

Neste contexto, a agricultura desenvolveu-se com o objetivo de produzir para abastecer a indústria através da matéria prima, que neste caso é a “soja” e, ao mesmo tempo, transformou-se em um importante mercado para as máquinas e insumos produzidos pela indústria. Esta inter-relação da agricultura com a indústria é o que Brum (1988) destaca como “industrialização da agricultura”.

As culturas da soja, do trigo destacam-se entre as propriedades familiares ao norte do município com a presença do trabalho mecanizado e do uso intensivo de defensivos agrícolas e sementes melhoradas. No entanto, a soja, como já foi salientado, vem se expandindo entre as pequenas unidades produtivas, ocasionando uma nova reorganização espacial rural no município (Figura 05).

Outro fator que contribui para a presença de uma agricultura familiar marcada por distintas organizações produtivas no município é a inserção de equipamentos modernos para acompanhar a evolução da modernização da agricultura.

Em Pinhal Grande, o uso dos equipamentos e máquinas agrícolas é visualizado mediante a expansão da lavoura de soja. No entanto, dos agricultores familiares entrevistados, 68% utilizam em sua propriedade algum tipo de equipamento mecânico para o desenvolvimento das atividades produtivas.

A distribuição dos maquinários e implementos agrícolas nas localidades onde é produzida a soja é mais expressiva, se comparado com as demais onde esta cultura não é cultivada.

Figura 05: Produção de soja no Município de Pinhal Grande/RS



Fonte: Plano Diretor Municipal Software QGIS 2.18.15 e trabalho de campo (2017). **Org.:** Rizzatti, M. (2017).

Os principais equipamentos agrícolas presentes nos estabelecimentos agropecuários familiares são a frota de tratores (79), seguida das plantadeiras (58) e dos pulverizadores (54). Estes maquinários apresentam-se como os mais utilizados pelo agricultor familiar na propriedade para o cultivo da soja, do milho, do feijão e, no caso do trator, também para o plantio e colheita do fumo.

O reboque, a colheitadeira e o caminhão não possuem destaque nas propriedades familiares. Isto se justifica, pois a área plantada pelo agricultor familiar não é extensa, não compensando investimentos maiores nestes implementos. Por conta disto, ele terceiriza o serviço da colheita, pagando pelo serviço prestado por outros produtores muitas vezes não familiares.

Os outros implementos, como pé-de-pato, grade e caçamba plataforma são acessórios poucos utilizados pelos agricultores familiares na propriedade, em virtude do uso cada vez mais presente da prática de plantio direto.

A tecnologia associada à presença do relevo contribui para que a parte norte do município apresente uma organização produtiva mais dinâmica. Por outro lado, é possível inferir que diante da atual organização produtiva presente nas pequenas propriedades rurais localizadas ao sul e sudeste, o agricultor familiar vem encontrando muitos desafios para permanecer no campo.

Diante das dificuldades encontradas, como a desvalorização das culturas tradicionais no mercado, a supervalorização dos insumos e defensivos agrícolas, a perda da mão de obra familiar, as instáveis condições climáticas e os altos impostos pagos, alguns agricultores familiares vêm buscando novas alternativas produtivas para diversificar a produção e permanecer com a propriedade familiar ativa. Existem, também, no município outras formas de utilização das terras.

Neste sentido, paralela à agricultura, a pecuária é desenvolvida de forma secundária, contribuindo para o desenvolvimento da economia do município. Conforme a Produção Agrícola Municipal do IBGE de 1993, 1998, 2003, 2011 e 2015 e do Censo Agropecuário de 2006, a pecuária bovina é a principal atividade pecuarista.

Entre o período de 1993 a 2006, o efetivo de bovinos no município apresentou decréscimo de 40%. Já entre os anos de 2011 e 2015, observou-se que a pecuária bovina apresentou aumento, alcançando 18.362 cabeças neste último ano, fato este que não se concretiza partir de 2016.

A diminuição da pecuária bovina está diretamente relacionada à valorização da soja no mercado externo, à desvalorização do preço do leite e da falta de estrutura necessária para o ordenamento e armazenamento correto deste produto, o que levou muitos agricultores a abandonar esta atividade e cederem suas áreas para a cultura da soja, que tem apresentado crescimento significativo e renda garantida aos agricultores. Atualmente, a pecuária bovina vem perdendo espaço entre os estabelecimentos agropecuários, sendo desenvolvida paralela ao cultivo da soja, ambas ocupando a mesma área territorial.

Conclusões

A realização desta pesquisa contribuiu para o conhecimento do processo de organização/reorganização do espaço agrário do município de Pinhal Grande/RS. Este município tem sua economia baseada no setor agropecuário e vem desenvolvendo-se a partir de uma dualidade produtiva, refletindo na reprodução do espaço local.

Neste contexto, podemos afirmar que o espaço agrário do município vem passando por mudanças, proporcionadas pelo processo de modernização da agricultura brasileira. Estas transformações não alteraram a estrutura fundiária do município e as relações de trabalho, mas contribuíram para modificar a estrutura produtiva, produzindo uma dicotomia na organização destas atividades, no acesso ao processo de mecanização e do capital. Deste modo, visualiza-se que o desenvolvimento da agricultura ocorre de forma contraditória, em que a lavoura mecanizada, voltada ao agronegócio vem proporcionando uma maior dinamização do espaço rural local, enquanto que a pequena propriedade encontra-se a margem do processo de capitalização.

O desenvolvimento do sistema capitalista no campo não está abrangendo na mesma proporção todos os agricultores, ficando restritas as médias e grandes propriedades localizadas ao norte do município, as quais vêm apresentando significativas mudanças. Em contrapartida, o sul do município apresenta-se como um espaço em que as relações de produção e de trabalho presentes, não contribuem para a dinamização na organização espacial local. Deste modo, observa-se que a organização das atividades produtivas que possui as culturas voltadas a reprodução do capital obtiveram uma expansão, enquanto que as destinadas ao consumo local, vem apresentando uma desvalorização, refletindo diretamente nas condições socioeconômicas dos pequenos agricultores familiares.

Pode-se dizer que a maior parte dos agricultores localizados ao sul do município ainda permanecem reproduzindo suas atividades de forma tradicional. A organização espacial e as modificações no sistema de produção desenvolvem-se de forma gradativa, mesmo que o espaço rural tenha apresentado novas estruturas, o que não contribuiu para uma substituição do atual modelo agrícola presente.

Portanto, há necessidade de mudança em relação ao que produzir, como produzir e como comercializar os produtos, pois os agricultores familiares apresentam-se dependentes de um modelo de produção que não visa seus interesses próprios, mas aos interesses impostos por um grupo de empresas que se beneficiam e aproveitam-se da falta de informação dos mesmos.

Se essas mudanças não acontecerem a estrutura fundiária do município sofrerá alterações nas próximas décadas, pois ocorrerá decréscimos significativos da pequena propriedade, não em virtude da inexistência de financiamentos e tecnologia, mas em decorrência da desvalorização do produto, da falta de incentivo ao pequeno produtor e da desigual estrutura produtiva. Estes fatores irão colaborar para intensificar os movimentos migratórios do agricultor familiar do campo para o meio urbano, contribuindo para o aumento das áreas de periferias, para os índices de desemprego e pobreza

urbana, pois a falta de qualificação profissional e o restrito mercado de trabalho na cidade auxiliarão no aumento destes problemas sociais.

Referências

- BEZZI, M. L. *São Borja - transformações no espaço agropecuário: o processo de despecuarização*. 1985. 222 f. Dissertação (Mestrado em organização do Espaço) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1985.
- BRASIL. *Lei n. 8629 de 25 de janeiro de 1993*: dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm). Acesso em: 5 jan. 2017.
- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Instrução Especial/ INCRA n. 20 de maio de 1980*: estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº84. 685 de 06 de maio de 1980. Disponível em: (<http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/130-instrucao-especial-n-22b-20101982>). Data de acesso: 5 de janeiro de 2017.
- _____. Presidência da República. Poder Executivo. Decreto n. 1946, de 28 de junho de 1996: cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm). Data de acesso: 5 de janeiro de 2017.
- BRUM, J. A. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Ijuí: Vozes, 1988.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. *Censo agropecuário*. Disponível em: (<http://www.sidra.ibge.gov.br>). Data de acesso: 29 de abril de 2016.
- _____. Censo Demográfico. Disponível em: (<http://www.sidra.ibge.gov.br>). Data de acesso: 29 de abril de 2016.
- MORAES, F. D. *A organização espacial de Mata/RS: reestruturação produtiva no seu espaço rural*. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- PAIVA, R. M. 1976. *Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades*. 2. ed. São Paulo: Forense-universitária,.
- SCHIRMER, G. J. *Mapeamento Geoambiental dos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Nova Palma e Pinhal Grande – RS*. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.
- SILVA, J. G. da. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

(Recebido em 25-06-2018; Aceito em: 30-10-2018)